

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO  
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA  
SUL DE MINAS GERAIS

**Campus Muzambinho**

Bairro Morro Preto – Caixa Postal 02 – Muzambinho/MG – CEP: 37890-000

Fone/Fax: (0xx35) 3571-5051

**PROCESSO Nº 23346.000453.2013-53**

**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2013**

**LICITAÇÃO TIPO MENOR PREÇO POR GLOBAL DO ITEM**

A União, por intermédio do INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS GERAIS – CAMPUS MUZAMBINHO, situado na Estrada de Muzambinho, km 35, Bairro Morro Preto, CEP: 37890-000, Caixa Postal nº 02, Muzambinho/MG. Torna público para conhecimento dos interessados que na data, horário e local indicados fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, do **tipo menor preço global**, conforme descrição contida neste Edital e seus Anexos. O procedimento licitatório obedecerá à sob a forma de execução indireta, em regime de **empregada por preço global**, nos termos da Lei 10.520, de 17 de julho de 2002, dos Decretos nº 3.555 de 08 de agosto de 2000 (alterado pelo Decreto nº 3.693, de 20 de dezembro de 2000, e pelo Decreto nº 3.784, de 06 de abril de 2001) Decreto nº 2.271/97, Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005, Decreto 6.204/2007, Decreto 7.203/2010, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, Instrução Normativa Nº 02, de 30 de abril de 2008, Instrução Normativa Nº 03, de 15 de outubro de 2009, Instrução Normativa Nº 04, de 11 de novembro de 2009 e Instrução Normativa Nº 05, de 18 de dezembro de 2009, Portaria nº 07, de 09 de março de 2011 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

**Data da abertura da sessão pública:** 20 de setembro de 2013

**Horário:** 09:00 (Nove horas - horário de Brasília)

**Endereço:** Portal Comprasnet - [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br)

**Retirada do Edital:** [www.muz.ifsuldeminas.edu.br](http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br)

**Encaminhamento da proposta e anexos:** a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet, até a data e horário da abertura da sessão pública

Cópia do edital poderá ser obtida através dos sites: [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), [www.muz.ifsuldeminas.edu.br](http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br) ou na sede da IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, de 2ª a 6ª feira, das 08h00 às 11h00 e das 13h00 às 17h00, conforme endereço no cabeçalho deste Edital.

## **1 DO OBJETO**

- 1.1 A presente licitação tem como objeto a contratação, em regime de **empreitada por preço global**, de pessoa jurídica (firma especializada) para prestações de serviços terceirizados em ambientes internos e externos nas dependências dos do IFSULDEMINAS – Campus Muzambinho, **sem o fornecimento de material**, conforme especificações e quantitativos estabelecidos abaixo e nos Anexos deste Edital.
- 1.2 Em caso de discordância existente entre as especificações deste objeto descritas no Comprasnet e as especificações constantes deste Edital, prevalecerão as últimas.
- 1.3 Todos os valores deverão ser informados em reais (R\$).
- 1.4 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
  - 1.4.1 ANEXO I – Termo de Referência
  - 1.4.2 ANEXO II – Especificações Técnicas
  - 1.4.3 ANEXO III – Memória de Cálculo
  - 1.4.4 ANEXO IV – Planilha de Custos e Formação de Preços
  - 1.4.5 ANEXO V – Termo de Conciliação
  - 1.4.6 ANEXO VI – Minuta do Contrato
  - 1.4.7 ANEXO VII – Modelo de autorização para criação de conta vinculada
  - 1.4.8 ANEXO VIII – Modelo de orientação para preenchimento da planilha de custos e formação de preços.

## **2 DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

- 2.1 Poderão participar deste Pregão os interessados pertencentes ao ramo de atividade relacionado ao objeto da licitação, conforme disposto nos respectivos atos constitutivos ou alterações contratuais, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação, constantes deste Edital e seus Anexos, e estiverem previamente credenciados perante o sistema eletrônico, em situação regular, por meio do Portal Comprasnet, para participação de Pregão Eletrônico.
- 2.2 O cadastramento no SICAF poderá ser realizado pelo interessado em qualquer unidade de cadastramento dos órgãos ou entidades da Presidência da República, dos Ministérios, das Autarquias e das Fundações que participam do Sistema Integrado de Serviços Gerais – SISG, localizada nas Unidades da Federação.
- 2.3 Para ter acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar deste **Pregão** deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal, obtidas junto ao provedor do sistema, onde também deverão informar-se a respeito do seu funcionamento e regulamento e receber instruções detalhadas para sua correta utilização.
- 2.4 O uso da senha de acesso pela **licitante** é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.5 Não será admitida nesta licitação a participação de pessoas jurídicas:
- 2.5.1 Com falência, recuperação judicial, concordata ou insolvência, judicialmente decretadas, ou em processo de recuperação extrajudicial;
  - 2.5.2 Em dissolução ou em liquidação;
  - 2.5.3 Que estejam suspensas de licitar e impedidas de contratar com este órgão.
  - 2.5.4 Que estejam impedidas de licitar e de contratar com a União, nos termos do artigo 7º da Lei nº 10.520, de 2002, e decretos regulamentadores;
  - 2.5.5 Que estejam proibidas de contratar com a Administração Pública, em razão de sanção restritiva de direito decorrente de infração administrativa ambiental, nos termos do artigo 72, § 8º, inciso V, da Lei nº 9.605, de 1998;

2.5.6 Que tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar com a Administração Pública;

2.5.7 Que estejam reunidas em consórcio;

2.5.8 Que sejam controladoras, coligadas ou subsidiárias entre si;

2.5.9 Estrangeiras que não funcionem no País;

2.5.10 Empresário suspenso de participar de licitação e impedido de contratar com o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, durando o prazo da sanção aplicada;

2.5.11 Empresário cujo estatuto ou contrato social não inclua o objeto deste Pregão;

2.5.12 Quaisquer interessados que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993.

2.5.13 Cooperativa de mão-de-obra, conforme Termo de Conciliação Judicial firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a União – Anexo V.

2.6 Como requisito para participação neste **Pregão**, a **licitante** deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico, que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos neste Edital.

2.6.1 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e à proposta sujeitará a licitante às sanções previstas neste Edital.

### 3 **DA PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E DA PROPOSTA**

3.1 As Planilhas de Custos e Formação de Preços deverão ser elaboradas em conformidade com a Instrução Normativa Nº 02, de 30 de abril de 2008, Instrução Normativa Nº 03, de 15 de outubro de 2009, Instrução Normativa Nº 04, de 11 de novembro de 2009 e Instrução Normativa Nº 05, de 18 de dezembro de 2009 e Portaria nº 07, de 09 de março de 2011, conforme ANEXO IV do Edital, observadas as seguintes diretrizes:

3.1.1 As Convenções Coletivas a serem utilizadas para composição de salários, encargos e benefícios deverão ser as indicadas no presente Termo de Referência, independentemente se na data da licitação as mesmas estiverem

desatualizadas. A atualização necessária dos salários com base em nova Convenção Coletiva será feita através de termo aditivo tão logo seja registrada no MTE.

3.1.2 O salário da função não poderá ser inferior ao especificado pela Convenção Coletiva da categoria.

3.1.3 Os valores constantes das planilhas deverão considerar o custo total de cada posto/mês, multiplicado pelo número de postos multiplicado por 12 (doze), apurando-se o VALOR ANUAL.

3.1.4 Quadro de quantitativo de pessoal, por posto do serviço empreitado e total, informando quantas pessoas serão necessárias para a perfeita execução dos serviços.

3.1.5 Nos preços propostos deverão estar incluídas todas as despesas com salários, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, seguros, impostos, taxas e contribuições, transporte, vale-alimentação, quando houver, uniformes, treinamento, despesas administrativas, despesas com preposto, lucro e demais insumos necessários à sua composição, inclusive os decorrentes da localidade onde será prestado o serviço.

3.1.6 Para formular e encaminhar a proposta de preços, no idioma oficial do Brasil, **exclusivamente por meio do sistema eletrônico**, a licitante deverá estar ciente e levar em consideração, além das especificações e condições estabelecidas neste Edital, notadamente nos Anexos o atendimento dos seguintes requisitos:

3.1.6.1 O preço proposto será registrado indicando o valor total anual, de forma completa, computando todos os custos necessários à prestação dos serviços objeto da presente licitação, e da CCT da categoria, bem como todos os impostos, taxas, emolumentos, uniformes, despesas com o preposto, treinamento, seguros, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, deslocamento de pessoal, e quaisquer outras despesas que incidam ou venham a incidir sobre o objeto desta licitação.

3.1.6.2 A Licitante deverá apresentar a proposta e a planilha de preço optando pela Tributação de Lucro Presumido ou Real. As empresas que apresentarem a planilha de composição de preços considerando tributação do Simples e/ou seus benefícios serão automaticamente desclassificadas, por apresentarem preços inexequíveis.

3.1.6.3 Tanto na fase de proposta, quanto na fase de lances, somente o Valor total anual de cada posto de serviço será considerado. O Valor

total deverá ser determinado, obrigatoriamente, utilizando-se das planilhas e dos campos próprios que constituem os Anexos deste Edital.

- 3.1.6.4 Não deverão ser incluídos na Planilha de Custos e Formação de Preços, o Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica – IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL, em face da proibição contida no item 9.1 do Acórdão do Tribunal de Contas da União – TCU nº 950/2007 – Plenário, e na Orientação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – MP aos Ministérios na Mensagem SIASG/COMUNICA nº 037226, de 12/06/2007.
- 3.1.6.5 A inclusão de reserva técnica poderá ser feita, desde que seja justificada sua composição. Se não houver justificativa o valor será glosado.
- 3.1.6.6 É vedada a inclusão no quadro de Insumos de item relativo a "Treinamento/Reciclagem de Pessoal", uma vez que esses custos já estão englobados nas despesas administrativas da contratada (item 1.5.1.4, TC-020.386/2009-2, Acórdão nº 592/2010-Plenário).
- 3.1.6.7 **A licitante vencedora deverá disponibilizar um encarregado, preposto, em tempo integral no horário da prestação dos serviços nas dependências do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho.**
- 3.1.6.8 **Nenhum item da planilha de custos e formação de preços(Anexo IV-A -Quadro Resumo) pode ter seu valor acima daquele especificado ou inexecutável, sujeito a desclassificação no momento da aceitação da proposta.**
- 3.1.6.9 Os erros no preenchimento da Planilha não serão motivo suficiente para a desclassificação da proposta, quando a Planilha puder ser ajustada sem a necessidade de majoração do preço ofertado, e desde que se comprove que este é suficiente para arcar com todos os custos da contratação. (Incluído pela Instrução Normativa nº 3, de 16 de outubro de 2009)
- 3.1.7 Serão desclassificadas as propostas que não atenderem as exigências do presente Edital e seus Anexos e da legislação pertinente ou que sejam omissas ou que apresentem irregularidades insanáveis.
- 3.1.8 Toda proposta registrada será considerada com prazo de validade de 60 (sessenta) dias corridos, a contar da data de aceitação da proposta, desta licitação, salvo se da mesma constar prazo superior, quando então prevalecerá esse prazo.

- 3.1.9 Os preços propostos serão de exclusiva responsabilidade da licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.
- 3.1.10 As planilhas de custos de cada posto deverá incluir os benefícios estipulados nas convenções coletivas, salvo o auxílio alimentação e transporte que já estão definidos pelo contratante.
- 3.1.11 A Proposta de Preços será considerada completa abrangendo todos os custos necessários à prestação dos serviços durante o prazo do contrato.
- 3.1.12 A proposta deverá limitar-se ao objeto desta licitação, sendo desconsideradas quaisquer alternativas de preço ou qualquer outra condição não prevista no Edital.
- 3.1.13 Independentemente de declaração expressa, a simples apresentação da proposta implica no conhecimento e submissão, por parte da proponente, a todas as condições estipuladas neste Edital e seus Anexos, sem prejuízo da estrita observância das normas contidas na legislação mencionada no preâmbulo deste Edital.
- 3.2 Os licitantes deverão elaborar suas propostas com valores referentes a todos os tributos constantes na planilha, integrante deste edital, independentemente de serem beneficiários de DECISÃO JUDICIAL que os isentem do recolhimento de algum tributo ou garanta recolhimento a quem do informado. Quando da elaboração do contrato, as planilhas serão ajustadas de acordo com a situação da empresa, retirando-se do valor a ser contratado, os valores referentes aos tributos dos quais a empresa esteja desobrigada.
- 3.3 **A licitante deverá consignar, na forma expressa no sistema eletrônico, o valor global anual dos serviços ofertados, já considerado e incluso todos os tributos, fretes, tarifas e as despesas decorrentes da execução do objeto.**
- 3.4 Qualquer elemento que possa identificar à **licitante** importa a desclassificação da proposta.

#### **4 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA**

- 4.1 A participação no Pregão dar-se-á por meio da digitação da senha privativa do licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a partir da data de divulgação do Edital no Comprasnet até a data e horário da abertura da sessão pública.
- 4.2 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente apresentada.

- 4.3 Como requisito para a participação no Pregão, o licitante deverá declarar, em campo próprio do sistema eletrônico:
- 4.3.1 que cumpre todos os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências deste Edital;
  - 4.3.2 que inexistem fatos supervenientes impeditivos para a sua habilitação neste certame;
  - 4.3.3 que a empresa não utiliza mão-de-obra direta ou indireta de menores, conforme Lei nº 9.854, de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.358, de 2002.
  - 4.3.4 que a proposta foi elaborada de forma independente, nos termos da Instrução Normativa nº 2, de 16 de setembro de 2009, da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.
- 4.4 A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação, à conformidade da proposta ou ao enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 4.5 O licitante microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP), deverão declarar tal condição no ato do envio da proposta, por intermédio de funcionalidade disponível no sistema eletrônico, sob pena de não usufruir do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006.
- 4.5.1 O licitante microempresa ou empresa de pequeno porte que se enquadrar em qualquer das vedações do artigo 3º, parágrafo 4º, da Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá usufruir do tratamento diferenciado previsto em tal diploma e, portanto, não deverá declarar sua condição de ME/EPP no sistema Comprasnet.
- 4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas neste Edital.
- 4.6.1 As propostas deverão ser apresentadas de forma clara e objetiva, em conformidade com este edital, devendo conter todos os elementos que influenciam no valor final da contratação, detalhando, quando for o caso:
    - 4.6.1.1 **Valor TOTAL DO ITEM** da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando as quantidades constantes do Termo de Referência.



4.6.1.2 **A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem as categorias profissionais que executarão o serviço e as respectivas datas bases e vigências, com base no Código Brasileiro de Ocupações – CBO;**

4.6.1.3 A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

4.6.1.4 No preço cotado deverão estar incluídos todos os custos decorrentes da execução contratual e previstos na CCT de cada categoria profissional, tais como, despesas com impostos, taxas, frete, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto, apurados mediante análise do termo de referência, anexo deste edital;

4.6.1.5 Quaisquer tributos, custos, despesas diretos ou indiretos omitidos da proposta ou incorretamente cotados, serão considerados como inclusos nos preços, não sendo considerados pleitos de acréscimos a qualquer título, devendo o objeto ser executado sem ônus adicionais.

4.6.2 Descrição detalhada do objeto ofertado, contendo as seguintes informações:

4.6.2.1 Produtividade adotada, e se esta for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, a respectiva comprovação de exequibilidade;

4.7 A apresentação da proposta implica plena aceitação, por parte do licitante, das condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos, bem como obrigatoriedade do cumprimento das disposições nela contidas, assumindo o proponente o compromisso de entregar os materiais em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando não aprovado, sua substituição.

4.8 **A empresa no momento do cadastramento da proposta terá disponível no sistema comprasnet apenas os campos para preenchimento do valor total do ITEM a ser ofertado e esse valor para ser formulado deverá ser obtido com o preenchimento da Planilhas de Custos e Formação de Preços(Anexo IV) que deverá ser enviada após a etapa de lances para análise e aceitação).**

4.9 **Para elaboração da proposta no comprasnet e empresa deverá observar obrigatoriamente as descrições contidas nas planilhas de custos e formação de preços Anexo IV deste edital.**

**4.10 A empresa deverá lançar no momento do cadastramento da proposta tanto no valor unitário quanto no valor global do item, o valor correspondente ao VALOR ANUAL dos serviços, deverá estar estritamente em conformidade com o disposto nos Anexos deste Edital, INCLUINDO TODAS AS DESPESAS NECESSÁRIAS PARA O SEU CORRETO FORNECIMENTO** (impostos, taxas e demais encargos). Deverá conter prazo de **VALIDADE DA PROPOSTA**, não inferior a sessenta dias (art. 27, § 4º, do Decreto nº 5.450, de 31/05/2005) e prazo de início dos trabalhos, não superior a 30 (trinta) dias, contados do recebimento da Nota de Empenho pela licitante vencedora. Deverão constar, ainda, das propostas, outras informações adicionais que bem indiquem a prestação dos serviços licitados, no campo “DESCRIÇÃO DETALHADA DO OBJETO OFERTADO” **que é de preenchimento obrigatório.**

**4.11 Nenhum item da planilha de custos e formação de preços(Anexo IV-A -Quadro Resumo) pode ter seu valor acima daquele especificado ou inexecutável, sujeito a desclassificação no momento da aceitação da proposta.**

**4.12 Esta licitação foi elaborada com apenas 1(um) item composto de vários serviços, de acordo com as planilhas de custos e de formação de preços. Na medida da necessidade da administração, os serviços serão solicitados a contratada. No entanto, não há compromisso de execução de todos serviços previstos na referida planilha, mas tão somente aqueles que a Administração julgar necessários durante a vigência do contrato.**

## **5 DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**5.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados no preâmbulo deste Edital.**

**5.1.1 No decorrer da sessão pública, caso o sistema seja desconectado para o Pregoeiro, mas permaneça acessível aos licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.**

**5.1.2 Quando a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do Pregão na forma eletrônica será suspensa e reiniciada somente após comunicação aos participantes, no endereço eletrônico utilizado para divulgação.**

**5.1.3 Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e os licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.**

**5.1.4 Cabe ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus**

decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

## 6 **DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

6.1 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, que sejam omissas, apresentem irregularidades ou defeitos capazes de dificultar o julgamento.

6.1.1 Será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

6.2 A desclassificação de proposta será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

6.3 As propostas contendo a descrição do objeto, valor e eventuais anexos estarão disponíveis na internet.

6.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagem entre o Pregoeiro e os licitantes.

6.5 O sistema ordenará, automaticamente, as propostas classificadas pelo Pregoeiro, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

## 7 **DA FORMULAÇÃO DE LANCES**

7.1 Aberta a etapa competitiva, as **licitantes** classificadas poderão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do recebimento e respectivo horário de registro e valor.

7.2 As **licitantes** poderão oferecer lances sucessivos e serão aceitos dois ou mais lances de igual valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar pelo sistema.

7.3 A **licitante** somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

7.4 Durante o transcurso da sessão, as **licitantes** serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação da ofertante.

7.5 O lance deverá ser ofertado pelo valor anual **GLOBAL DO ITEM**.

7.6 Para classificação e julgamento das propostas será adotado o critério de **MENOR PREÇO**, representado pelo **MENOR PREÇO DO GLOBAL DO**

**ITEM**, consoantes informações constantes do Termo de Referência, que servirá de base para formulação da proposta, oferta de lances, bem como para definição do vencedor.

7.6.1 Considera-se vencedor a empresa que ofertar o **MENOR PREÇO GLOBAL DO ITEM**, ou seja, a somatória de todos os postos. O valor deverá ser o valor dos custos anuais.

7.7 Os licitantes deverão formular e oferecer seus lances nos valores totais para o item, observando que, **O VALOR TOTAL DIVIDIDO PELO QUANTITATIVO REQUERIDO NÃO PODE RESULTAR NUM VALOR UNITÁRIO QUE EXTRAPOLE O NÚMERO DE DUAS CASAS DECIMAIS APÓS A VÍRGULA (CASA DOS CENTAVOS)**. Caso isto ocorra, o Pregoeiro estará autorizado a adjudicar o item fazendo arredondamentos a menor, de forma que o valor unitário (com no máximo duas casas decimais após a vírgula – casa dos centavos), multiplicado pelo quantitativo resulte num valor, no máximo, igual ao valor do último lance ofertado

7.8 Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da **licitante**, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.

7.9 Durante a fase de lances, o **Pregoeiro** poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor for considerado inexequível.

7.10 A etapa de lances será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico às licitantes, após o que transcorrerá período de até 30 (trinta) minutos, aleatoriamente determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

7.11 O Pregoeiro poderá encaminhar contraproposta diretamente à licitante que tenha apresentado o menor lance, através do sistema eletrônico, para que seja obtido preço melhor e assim decidir sobre sua aceitação.

## **8 DO DIREITO DE PREFERÊNCIA DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE**

8.1 Após a fase de lances, se a proposta melhor classificada não tiver sido ofertada por microempresa ou empresa de pequeno porte e houver proposta apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte igual ou até 5% (cinco por cento) superior à melhor proposta, proceder-se-á da seguinte forma:

8.1.1 A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada poderá, no prazo de 5 (cinco) minutos, contados do envio da

mensagem automática pelo sistema, apresentar uma última oferta, obrigatoriamente abaixo da primeira colocada, situação em que, atendidas as exigências habilitatórias, será adjudicado em seu favor o objeto deste **Pregão**;

8.1.2 Não sendo vencedora a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do subitem anterior, o sistema, de forma automática, convocará as licitantes remanescentes que porventura se enquadrem na situação descrita nesta Condição, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

8.1.3 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas ou empresas de pequeno porte que se encontrem no intervalo estabelecido nesta Condição, o sistema fará um sorteio eletrônico, definindo e convocando automaticamente a vencedora para o encaminhamento da oferta final do desempate.

8.2 Não ocorrendo à adjudicação nos termos previstos na Condição anterior, o objeto licitado será adjudicado em favor da **licitante** detentora da proposta originalmente melhor classificada se, após a negociação, houver compatibilidade de preço com o valor estimado e a **licitante** for considerada habilitada.

## **9 DA NEGOCIAÇÃO**

9.1 Encerrada a etapa de lances, concedido o benefício às microempresas ou empresas de pequeno porte, de que trata o artigo 44 da Lei Complementar n.º 123/2006, o **Pregoeiro** poderá encaminhar contraposta diretamente à licitante que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtida melhor proposta, observado o critério de julgamento e o valor estimado para a contratação, não se admitindo negociar condições diferentes das previstas neste Edital.

9.1.1 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes.

10

## **DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA**

10.1 Encerrada a etapa de lances e concluída a negociação, quando houver, o **Pregoeiro** fixará prazo mínimo de **2(duas) horas** à **licitante** detentora do menor lance para o reenvio da proposta e das planilhas de composição de custos e formação de preços, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor.

10.2 Não se considerará qualquer oferta de vantagem não prevista neste Edital, inclusive financiamentos subsidiados ou a fundo perdido.

10.3 Será rejeitada a proposta que apresentar valores irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços de mercado acrescidos dos respectivos encargos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade da **licitante**, para os quais ela renuncie à parcela ou à totalidade da remuneração.

10.4 A licitante deverá apresentar, no momento da apresentação das planilhas de formação de preços, os acordos ou convenções coletivas que regem as categorias profissionais vinculadas à execução do serviço.

10.5 O **Pregoeiro** poderá solicitar parecer de técnicos pertencentes ao quadro da IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho ou, ainda, de pessoas físicas ou jurídicas estranhas a ele, para orientar sua decisão.

10.6 Se a proposta não for aceitável ou se a **licitante** deixar de reenviar a proposta e as planilhas de composição de custos e formação de preços ou, ainda, se não atender às exigências habilitatórias, o **Pregoeiro** examinará a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda a este Edital.

#### 10.7 DO ENVIO DE ANEXOS

10.7.1 A opção **ENVIAR ANEXO** disponível na tela da **fase de aceitação** do item, tem como finalidade o envio de anexos solicitados no momento de aceitação das propostas. O participante somente conseguirá ativar a opção de enviar anexo da proposta no sistema comprasnet quando solicitado pelo pregoeiro exclusivamente por meio do sistema.

10.7.2 O prazo para envio de anexo solicitado no edital será de no mínimo **2 (duas) horas** contados a partir do momento da solicitação feita no sistema comprasnet, a empresa na qual será solicitado o anexo receberá uma mensagem via chat do comprasnet.

10.7.3 Após solicitado o anexo através do comprasnet e este não enviar dentro do prazo e não solicitar dilatação de prazo através de ofício e aceito pela administração, a proposta poderá ser desclassificada.

10.7.4 Os documentos solicitados na fase de aceitação através da opção **ENVIAR ANEXO** deverão ser enviados **exclusivamente** por meio da opção enviar anexo, vedada o envio por e-mail ou outro meio que não seja pela sistema comprasnet, caso seja enviada por outro meio como, e-mail ou fax, será desconsiderada.

10.7.5 Os documentos que não estejam contemplados no SICAF poderão ser remetidos em conjunto com a proposta de preços quando solicitada, em

arquivo único, por meio da opção “Enviar Anexo” do Sistema Comprasnet, em prazo idêntico ao mencionado anteriormente.

10.7.6 Os documentos remetidos por meio da opção “**ENVIAR ANEXO**” do sistema Comprasnet poderão ser solicitados em original ou por cópia autenticada a qualquer momento, em prazo a ser estabelecido pelo Pregoeiro.

10.7.7 Entende-se como anexos os documentos referentes a propostas como os “**PROPOSTA DE PREÇOS, PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS E DEMAIS DOCUMENTOS RELACIONADOS A PROPOSTA**”. Salvo quando o pregoeiro solicitar o envio de anexo diferentes destes mencionados, como proposta atualizada, planilha de custos ou outro documento referente a proposta, que deverá obrigatoriamente ser mencionado qual o documento solicitado no chat do comprasnet.

## 11 **DA HABILITAÇÃO**

11.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta ao cadastro do SICAF.

11.1.1 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante.

11.1.2 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

11.2 O licitante que já estiver cadastrado no SICAF, em situação regular, até o terceiro dia útil anterior à data da abertura da sessão pública, ficará dispensado de apresentar os documentos comprobatórios abrangidos pelo referido cadastro que estejam validados e atualizados.

11.2.1 A verificação se dará mediante consulta on line, realizada pelo Pregoeiro, devendo o resultado ser impresso e anexado ao processo.

11.2.2 Na hipótese de algum documento que já conste do SICAF estar com o seu prazo de validade vencido, e caso o Pregoeiro não logre êxito em obter a certidão correspondente através do sítio oficial, o licitante será advertido a encaminhar, no prazo de 2 (Duas) horas, documento válido que comprove o atendimento às exigências deste Edital, sob pena de inabilitação, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

**11.3 Os níveis do SICAF exigidos para habilitação serão os níveis I, II, III, IV e VI.**

11.3.1 Os documentos Contemplados no SICAF são:

11.3.1.1 Nível I – Dados Cadastrais

11.3.1.2 Nível II – Habilitação Jurídica

11.3.1.3 Nível III – Regularidade Fiscal Federal – Receita Federal, INSS e FGTS

11.3.1.4 Nível IV – Receita Estadual e Municipal

11.3.1.5 Nível VI – Qualificação Econômica Financeira

11.4 Não possuindo documentação válida e atualizada no SICAF conforme dispõe subitens anteriores, o licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar deverá comprovar, no prazo máximo de **2 (Duas) horas**, a contar da solicitação no sistema eletrônico, sua condição de habilitação, por meio do fax número **(35) 3571-5055** ou do email [renato.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br](mailto:renato.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br), com posterior encaminhamento do documento pertinente por via postal ou similar no prazo máximo de **2 (Dois) dias** para o seguinte endereço:

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO SUL DE MINAS – CAMPUS MUZAMBINHO**  
**SETOR DE COMPRAS, CONTRATOS E CONVÊNIOS**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 26/2013**  
**Estrada de Muzambinho, Km 35, Bairro Morro Preto, Cx Postal Nº 02**  
**CEP: 37890-000 – Muzambinho – MG**

11.4.1 Os documentos poderão ser apresentados em original, em cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou por meio de publicação em órgão da imprensa oficial.

11.4.2 Para a habilitação, o licitante deverá apresentar os documentos a seguir relacionados:

11.4.2.1 Relativos à Habilitação Jurídica:

11.4.2.1.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;



11.4.2.1.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

11.4.2.1.2.1 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

11.4.2.1.3 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

11.4.2.1.4 No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte: certidão expedida pela Junta Comercial ou pelo Registro Civil das Pessoas Jurídicas, conforme o caso, que comprove a condição de microempresa ou empresa de pequeno porte, nos termos do artigo 8º da Instrução Normativa nº 103, de 30/04/2007, do Departamento Nacional de Registro do Comércio – DNRC;

11.4.2.1.5 No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

#### 11.4.2.2 Relativos à Regularidade Fiscal:

11.4.2.2.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

11.4.2.2.2 Prova de regularidade com a Fazenda Federal, mediante certidão conjunta negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

11.4.2.2.3 Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal, do domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

11.4.2.2.4 Prova de regularidade relativa à Seguridade Social, mediante certidão negativa de débitos, ou positiva com efeitos de negativa, relativos às contribuições previdenciárias e às de terceiros;

11.4.2.2.5 Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), mediante Certificado de Regularidade do FGTS;

11.4.2.2.6 Caso o licitante seja microempresa ou empresa de pequeno porte, deverá apresentar toda a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, sob pena de ser inabilitado.

11.4.2.3 Relativos à Qualificação Econômico-Financeira:

11.4.2.3.1 Certidão negativa de falência ou recuperação judicial, ou liquidação judicial, ou de execução patrimonial, conforme o caso, expedida pelo distribuidor da sede do licitante, ou de seu domicílio, dentro do prazo de validade previsto na própria certidão, ou, na omissão desta, expedida a menos de 1 (Hum) ano contados da data da sua apresentação;

11.4.2.3.2 Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

11.4.2.3.3 O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade;

11.4.2.3.4 As empresas constituídas no exercício em curso deverão apresentar cópia do balanço de abertura ou cópia do livro diário contendo o balanço de abertura, inclusive com os termos de abertura e encerramento;

11.4.2.3.5 A boa situação financeira do licitante será avaliada pelos Índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), maiores que 1 (um), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, com os valores extraídos de seu balanço patrimonial ou apurados mediante consulta on line, no caso de empresas inscritas no SICAF:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

11.4.2.3.6 O licitante que apresentar índices econômicos iguais ou inferiores a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral, Solvência Geral e Liquidez Corrente deverá comprovar que possui capital mínimo equivalente a 10% (Dez por cento) do valor total estimado da contratação ou do item pertinente.

11.5 Todas as licitantes, inclusive as cadastradas pelo SICAF, deverão apresentar os **documentos complementares** a seguir, devendo ser enviado por e-mail ou fax e posteriormente envio pelos correios.

11.5.1 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), ou certidão positiva com efeitos de negativa - Lei nº 12.440, de 07/07/2011

11.5.2 Relativos à Qualificação Técnica:

11.5.2.1 Certificado de Registro da empresa junto ao CRA.

11.5.2.2 Comprovação da capacitação técnico-operacional: apresentação de um ou mais atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do licitante, relativos à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação desta licitação. Os documentos deverão estar **devidamente registrados/certificados pelo Órgão competente**. O(s) documento(s) deverá(ão) conter o nome, o endereço e o telefone do(s) atestador(es), para que o Instituto possa manter contato com a(s) entidade(s) atestante(s).

11.5.2.3 Serão exigidos atestados cujo o valor dos serviços seja superior a 5% (cinco por cento) do valor total licitação sendo o total dos atestados não ultrapassar 50%(cinquenta por cento) do valor total da contratação.

11.6 O licitante obriga-se a declarar, sob as penalidades legais, a superveniência de fato impeditivo da habilitação.

11.7 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, deixar de apresentar quaisquer dos documentos exigidos para a habilitação, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital, ressalvado o disposto quanto à comprovação da regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte.

11.7.1 No caso de inabilitação, o Pregoeiro retomará o procedimento a partir da fase de julgamento da proposta, examinando a proposta subsequente e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

- 11.8 Para fins de habilitação, o Pregoeiro poderá obter certidões de órgãos ou entidades emissoras de certidões por sítios oficiais.
- 11.9 Não serão aceitos documentos com indicação de CNPJ diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 11.10 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.
- 11.11 No julgamento da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação.
- 11.12 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

12

## **DO ENCAMINHAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO**

12.1 A proposta ajustada ao lance final da licitante vencedora inclusive com os descontos para passíveis arredondamentos, as planilhas de composição de custos e formação de preços, na forma dos Anexos, deverão ser remetidos através da opção envia “Anexo” disponibilizada no Sistema Comprasnet; os demais documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no SICAF e no sítio do TST deverão ser enviados pelo email [renato.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br](mailto:renato.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br), assim que convocados pelo Pregoeiro no chat do sistema Comprasnet.

12.1.1 As planilhas de composição de custos e formação de preços deverão ser enviadas obrigatoriamente na forma digital através da opção “Envia Anexo” disponibilizada no Sistema Comprasnet, no prazo mínimo de **02 (duas) horas** após solicitação do Pregoeiro em sessão pública, preferencialmente em Microsoft Office Excel (planilha aberta com memória de cálculo) ou similar;

12.1.1.1 O não envio das planilhas de composição de custos e formação de preços dentro do prazo fixado, implicará na recusa da proposta, não cabendo qualquer recurso desta decisão;

12.2 Os documentos exigidos deverão ser encaminhados em original ou por cópia autenticada, no prazo de 2 (dois) dias úteis, contado da solicitação do Pregoeiro.

12.3 Sob pena de inabilitação, os documentos encaminhados para habilitação deverão estar em nome da **licitante** e com o número do CNPJ e o respectivo endereço.

12.4 Se a **licitante** for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se a **licitante** for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

12.5 Em se tratando de microempresa ou empresa de pequeno porte, havendo alguma restrição na comprovação fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

12.5.1 A não-regularização da documentação implicará decadência do direito à adjudicação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 7º da Lei 10.520/2002, sendo facultado à Administração convocar as **licitantes** remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação.

## 13 **DOS RECURSOS**

13.1 Declarado o vencedor, o Pregoeiro abrirá prazo de no mínimo 20 (vinte) minutos, durante o qual qualquer **licitante** poderá, de forma imediata e motivada, em campo próprio do sistema, manifestar sua intenção de recorrer.

13.2 O **Pregoeiro** fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, em campo próprio do sistema.

13.3 A recorrente que tiver sua intenção de recurso aceita deverá registrar as razões do recurso, em campo próprio do sistema, no prazo de 3 (três) dias, ficando as demais **licitantes**, desde logo, intimadas a apresentar contra-razões, também via sistema, em igual prazo, que começará a correr do término do prazo da recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa dos seus interesses.

13.4 A falta de manifestação imediata e motivada da intenção de interpor recurso, no momento da sessão pública deste **Pregão**, implica decadência desse direito, ficando o **Pregoeiro** autorizado a adjudicar o objeto à **licitante vencedora**.

13.5 O acolhimento do recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

- 14.1 O objeto deste Pregão será adjudicado por item, à licitante vencedora, após decididos os recursos, quando houver, sujeito o certame à homologação do Diretor da IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho.

**DAS ATRIBUIÇÕES DO PREGOEIRO**

- 15.1 Cabem ao Pregoeiro as atribuições dispostas no art. 11 do Decreto 5.450/2005.
- 15.2 É facultado ao **Pregoeiro** ou à autoridade superior, em qualquer fase deste **Pregão**, promover diligências destinadas a esclarecer ou completar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de informação ou de documentos que deveriam constar originariamente da proposta ou da documentação.
- 15.3 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% da média dos preços ofertados para o mesmo item, e a inexecutabilidade da proposta não for flagrante e evidente pela análise da planilha de custos, não sendo possível a sua imediata desclassificação, será obrigatória a realização de diligências para aferir a legalidade e executabilidade da proposta.
- 15.4 No julgamento das propostas e na fase de habilitação, o **Pregoeiro** poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

**DA GARANTIA**

- 16.1 Será exigida da contratada a apresentação ao Instituto Federal – Campus Muzambinho, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contado da data da assinatura do Contrato, comprovante de prestação de garantia correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global de sua proposta, mediante a opção por uma das seguintes modalidades:

16.1.1 caução em dinheiro ou títulos da dívida pública;

16.1.1.1 a garantia em apreço, quando em dinheiro, deverá ser efetuada em caderneta de poupança em favor do Instituto Federal – Campus Muzambinho.

16.1.1.2 caso faça opção pela caução em títulos da dívida pública, a licitante deverá transferir a posse dos títulos para a Administração até o adimplemento da obrigação contratual ou satisfação da sanção.

16.1.2 Seguro-garantia;

16.1.3 fiança bancária.

16.2 A garantia terá validade de 3 (três) meses após o término da vigência contratual, devendo ser renovada a cada prorrogação efetivada no contrato e quando houver acréscimos de serviços o valor terá que ser aditivado, nos moldes do art. 56 da Lei nº 8.666, de 1993, para os serviços continuados com uso intensivo de mão de obra com dedicação exclusiva, com a previsão expressa de que a garantia somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias trabalhistas decorrentes da contratação, e que caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas diretamente pela Administração, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV da IN 02/2008.

## 17 **DO CONTRATO**

17.1 Após homologado o resultado deste **Pregão**, a Administração convocará a **licitante vencedora**, durante a validade da sua proposta, para assinatura do instrumento contratual, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital e no art. 81 da Lei n.º 8.666/1993.

17.2 A assinatura do contrato está condicionada à verificação da regularidade fiscal da **licitante vencedora** junto ao SICAF.

17.3 É facultado ao **Pregoeiro**, quando a convocada não assinar o contrato, no prazo e nas condições estabelecidos, convocar outra **licitante**, obedecida a ordem de classificação, para assiná-lo, após negociação, aceitação da proposta e comprovação dos requisitos de habilitação.

## 18 **DA CONTA VINCULADA**

18.1 Em razão da súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho visando a garantia do cumprimento das obrigações trabalhistas nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva da mão de obra, poderá depositar em conta vinculada os valores provisionados para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores da contratada, conforme o disposto no anexo VII da Instrução Normativa nº 03/2009.

18.2 O IFSULDEMINAS - Câmpus Muzambinho, fundamentado no inciso II, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, exigirá da CONTRATADA, no momento da assinatura do contrato, autorização para fazer

a retenção na fatura e o depósito direto dos valores devidos ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS nas respectivas contas vinculadas dos trabalhadores da contratada, observada a legislação específica.

18.3 As verbas mencionadas anteriormente somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas seguintes condições:

18.3.1 parcial e anualmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários, quando devidos;

18.3.2 parcialmente, pelo valor correspondente aos 1/3 de férias, quando dos gozos de férias dos empregados vinculados ao contrato;

18.3.3 parcialmente, pelo valor correspondente aos 13ºs salários proporcionais, férias proporcionais e à indenização compensatória porventura devida sobre o FGTS, quando da demissão de empregado vinculado ao contrato;

18.3.4 ao final da vigência do contrato, para o pagamento das verbas rescisórias e

18.3.5 o saldo restante, com a execução completa do contrato, após a comprovação, por parte da empresa, da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado.

18.4 As provisões para o pagamento dos encargos trabalhistas de que tratam este subitem, poderão ser destacadas do valor mensal do contrato e depositados na citada conta vinculada, aberta em nome da Adjudicatária, junto à instituição bancária oficial e bloqueada para movimentação.

18.5 O montante de que trata o aviso prévio trabalhado, deverá ser integralmente depositado durante a primeira vigência do contrato.

18.6 A movimentação da conta vinculada será efetivada mediante autorização do IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho, exclusivamente para o pagamento dessas obrigações.

18.7 A Adjudicatária poderá solicitar a autorização ao IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho para utilizar os valores da conta vinculada para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência do contrato.

18.8 Para a liberação dos recursos da conta vinculada, para o pagamento de eventuais indenizações trabalhistas dos empregados ocorridas durante a vigência



do contrato, a Adjudicatária deverá apresentar ao IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento.

18.9 O IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho expedirá, após a confirmação da ocorrência da indenização trabalhista e a conferência dos cálculos, a autorização para a movimentação, dirigida à instituição financeira oficial no prazo máximo de cinco dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios da empresa.

18.10 A Adjudicatária deverá apresentar ao IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho, no prazo máximo de três dias corridos, o comprovante das transferências bancárias porventura realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

18.11 O saldo remanescente da conta vinculada será liberado à Adjudicatária, no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos aos serviços contratados.

18.12 O IFSULDEMINAS – Câmpus Muzambinho, fundamentado no inciso IV, do art. 19-A, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 02/2008, poderá efetivar o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos empregados vinculados ao contrato, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da Adjudicatária, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

18.13 O descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e as relativas ao FGTS ENSEJARÁ O PAGAMENTO EM JUÍZO DOS VALORES EM DÉBITO, sem prejuízo das sanções cabíveis.

## **19 DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

19.1 A execução do contrato, bem como os casos nele omissos, regular-se-ão pelas cláusulas contratuais e pelos preceitos de direito público, aplicando-se, supletivamente, os princípios da Teoria Geral dos Contratos e as disposições de direito privado, na forma do art. 54 da Lei n.º 8.666/93, combinado com o inciso XII do art. 55 do mesmo diploma legal.

- 19.2 O Contrato terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data da sua assinatura, podendo ser prorrogado, através de Termos Aditivos, quando conveniente para a Administração.
- 19.3 Os postos de trabalho iniciarão a execução de acordo com a demanda da contratante podendo alguns postos de trabalhos não ser iniciados imediatamente após a emissão da ordem de serviço, sendo que quando necessário o contratante se manifestará formalmente perante a contratada o que irá ocorrer gradativamente conforme a necessidade do Câmpus.**
- 19.4 A empresa contratada deve promover a abertura das contas dos funcionários que prestarão serviço ao contratante, na modalidade conta salário, efetuando a coleta de dados, documentos e assinaturas necessários, no local e horário de trabalho.
- 19.5 O pagamento das verbas salariais será efetuado em moeda corrente por meio de transferência bancária ou depósito bancário em conta não movimentável conta salário, prevista na [Resolução 3.402/06](#), do Banco Central do Brasil, facultada a utilização da conta corrente do empregado, a seu critério. Neste caso, o estabelecimento bancário deverá situar-se na mesma cidade do local de trabalho, devendo, nos prazos previstos no § 6º do art. 477 da CLT, o empregador informar ao trabalhador a forma do pagamento e os valores a serem disponibilizados para saque.
- 19.6 O pagamento ocorrerá, preferencialmente, em instituições financeiras oficiais (públicas), conforme o §3º do artigo 164 da Constituição Federal e artigo 43 da Lei 101/2000.
- 19.7 Caso a empresa não queira utilizar o banco oficial, será assegurado aos funcionários da contratada o direito de transferir os valores depositados em conta salário para outra instituição bancária diferente e da qual os mesmos sejam titulares, sem custos, e deverá ocorrer no mesmo dia do depósito ou da transferência, nos termos da Resolução nº 3.402/2006 do Banco Central.
- 19.8 É vedado a empresa vencedora da licitação a contratação de familiar de agente público para prestar serviços no órgão ou entidade em que este exerça cargo em comissão ou função de confiança.(Art. 7º Decreto 7.203/2010).**
- 19.8.1 Familiar é o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau.**
- 19.9 Em cumprimento a IN nº 03/2009, para esta licitação o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho observará que:

- 19.9.1 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados no primeiro ano da contratação deverão ser eliminados como condição para a renovação.
- 19.9.2 A execução completa do contrato só acontecerá quando o contratado comprovar o pagamento de todas as obrigações trabalhistas referente à mão de obra utilizada, quando da contratação de serviço continuado com dedicação exclusiva de mão de obra.
- 19.9.3 O pagamento dos salários dos empregados da empresa contratada deverá ocorrer via depósito bancário na conta do trabalhador, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte da Administração.
- 19.9.4 A CONTRATADA, no momento da assinatura do contrato, autorizará o IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho a fazer o desconto na fatura e o pagamento direto dos salários e demais verbas trabalhistas aos trabalhadores, quando houver falha no cumprimento dessas obrigações por parte da CONTRATADA, sem prejuízo das sanções cabíveis e ainda, implicará na rescisão contratual.
- 19.9.5 A CONTRATADA deverá comprovar o encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED.

20

## **DOS ESCLARECIMENTOS E DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

- 20.1 Até 2 (dois) dias úteis antes da data fixada para abertura da sessão pública, qualquer pessoa, física ou jurídica, poderá impugnar o ato convocatório deste Pregão mediante petição a ser enviada exclusivamente para o endereço eletrônico: [renato.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br](mailto:renato.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br), dentro do horário de expediente das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.
- 20.2 O Pregoeiro, auxiliado pela sua equipe de apoio, decidirá sobre a impugnação no prazo de 24 (vinte e quatro) horas.
- 20.3 Acolhida a impugnação contra este Edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando, a alteração não afetar a formulação das propostas.
- 20.4 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este procedimento licitatório devem ser enviados ao Pregoeiro, até 3 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, exclusivamente para o endereço eletrônico:

[renato.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br](mailto:renato.silva@muz.ifsuldeminas.edu.br), dentro do horário de expediente das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

20.5 As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas no endereço eletrônico <http://www.muz.ifsuldeminas.edu.br/index.php/licitacoes> e [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br), por meio do *link Acesso livre>Pregões>Agendados*, para conhecimento das licitantes interessadas e da sociedade em geral, cabendo aos interessados em participar do certame acessá-lo para a obtenção das informações prestadas.

## 21 **DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

21.1 A despesa mensal estimada é de R\$ 380.066,53 (Trezentos e oitenta mil, sessenta e seis reais e cinquenta e três centavos). E anual é estimada em R\$ 4.560.798,31 (Quatro milhões, quinhentos e sessenta mil, setecentos e noventa e oito reais e trinta e um centavos), conforme o orçamento estimativo disposto no Termo de Referência.

21.2 A despesa decorrente da prestação dos serviços objeto deste pregão correrá à conta dos recursos específicos e as despesas de classificação são:

Fonte: 0112

PTRES:062609

PI: A20RLP01ZTP

Elemento: 33.90.37 – Locação de Mão-de-obra.

## 22 **DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

22.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000 e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

22.1.1 Não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta;

22.1.2 Apresentar documentação falsa;

22.1.3 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

22.1.4 Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

22.1.5 Comportar-se de modo inidôneo;

- 22.1.6 Cometer fraude fiscal;
- 22.1.7 Fizer declaração falsa;
- 22.1.8 Ensejar o retardamento da execução do certame.
- 22.2 A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:
- 22.2.1 Multa de até **10% (Dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;
- 22.2.2 Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;
- 22.3 A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.
- 22.4 A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.
- 22.5 A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 22.6 As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.
- 22.7 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.
- 22.8 As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.
- 22.9 Nenhum pagamento será efetuado à **CONTRATADA**, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta, em virtude de penalidades ou inadimplência.

- 23.1 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na sede do IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho, na cidade de Muzambinho-MG.
- 23.2 O desatendimento de exigências formais não essenciais, não importará no afastamento da licitante, desde que sejam possíveis as aferições das suas qualificações e a exata compreensão da sua proposta, durante a realização da sessão pública do pregão.
- 23.3 As normas que disciplinam este pregão serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, sem comprometimento da segurança do futuro fornecimento.
- 23.4 As dúvidas dirimidas por telefone serão somente aquelas de ordem estritamente informal e não poderão ser consideradas como condições editalícias.
- 23.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará em direito à contratação.
- 23.6 Fica assegurado à autoridade competente o direito de, no interesse da administração, anular ou revogar, a qualquer tempo, no todo ou em parte, a presente licitação, dando ciência aos participantes, na forma da legislação vigente, sem que caiba às proponentes qualquer tipo de reclamação ou indenização.
- 23.7 IFSULDEMINAS - Campus Muzambinho poderá adiar a data de abertura das propostas do presente pregão, dando conhecimento aos interessados, mediante publicação eletrônica no site [www.comprasnet.gov.br](http://www.comprasnet.gov.br).
- 23.8 As licitantes deverão observar os pisos salariais das categorias firmados através de Acordo Coletivo de Trabalho.
- 23.9 A participação neste pregão implicará aceitação integral e irretratável das normas estabelecidos pelo edital e anexos, bem como, na observância dos preceitos legais e regulamentares, ressalvados o direito de impugnação e recurso.
- 23.10 Horário de expediente das 07:00 às 11:00 e das 13:00 às 17:00 horas.

24.1 As empresas licitantes deverão cumprir todas as obrigações contidas na Lei 10.520/2002, dos Decretos nºs 3.555/2000, 3.693/2000, 3.784/2001, 2.271/97, 5.450/2005, Decreto 6.204/2007 e Decreto 7.203/2010 e da Lei Complementar n.º 123/2006, Instrução Normativa Nº 02/2008, Instrução Normativa Nº 03/2009, Instrução Normativa Nº 04/2009 e Instrução Normativa Nº 05/2009, Portaria nº 07, de 09 de março de 2011 e demais legislações correlatas, aplicando-se subsidiariamente a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, com suas alterações posteriores, e demais legislações pertinentes bem como pelas condições estabelecidas neste Edital e seus Anexos.

25

### **DO FORO**

25.1 As questões decorrentes da execução deste Instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Pouso Alegre/MG, Seção judiciária do Estado de Minas Gerais, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, salvo nos casos previstos no art. 102, inciso I, alínea “d” da Constituição Federal.

Município de Muzambinho, 06 de setembro de 2013.

FÁBIO DE OLIVEIRA ALMEIDA  
PREGOEIRO OFICIAL